opinião

opiniao@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

Galló, um mestre do varejo

Em entrevista à colunista do Minuto Varejo Patrícia Comunello, José Galló, ex-CEO da Lojas Renner, maior companhia de moda do Brasil, investidor em novos negócios e autor do livro *O Poder do Encantamento*, compartilha dicas de como encantar os consumidores, seja no varejo físico ou no mundo digital (Jornal do Comércio, edição de 29/10/2026). As Lojas Renner nunca mais terá um CEO tão encantador como José Galló. Ele sim tem o DNA do "encantamento". *(Samya Rochelle)*


'O consumidor tem o poder'

Galló, um mestre do varejo II

Li o livro O Poder do Encantamento, de José Galló, e recomendo a leitura. *(Alexandre de Bem)*

Galló, um mestre do varejo III

José Galló é um exemplo de encantamento que se vive na prática. Tenho respeito e orgulho demais por este profissional. *(Valeria Pinhoti)*

Galló, um mestre do varejo IV

Tenho orgulho de ter trabalhado 26 anos na Renner, mas a rede não é mais a mesma. José Galló foi um herói de sabedoria na empresa. *(Maria Fernandes)*

Galló, um mestre do varejo V

José Galló é sempre um visionário do varejo. *(Paulo Reis)*

Mobilidade urbana

A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) recolheu 184 carroças de janeiro a setembro deste ano que estavam em circulação nas ruas de Porto Alegre, atendendo à legislação que proíbe o uso de veículos de tração animal na cidade (JC, edição de 04/11/2026). A falta de fiscalização e informação por parte da EPTC e do município de Porto Alegre dão espaço para essas práticas. Na maioria das vezes, as pessoas não têm noção do que deve ser feito em uma situação dessas, e muitas vezes são ameaçadas se fizerem qualquer coisa. O município de Porto Alegre e o RS deixam muito a desejar nessas pautas de fiscalização de carroças. *(Elisabeth Pacheco)*

Mobilidade urbana II

É urgente que seja criada uma lei municipal em Porto Alegre que criminalize carroceiros que fazem tortura animal. *(Leonardo Maurício)*

Mobilidade urbana III

Existem carroceiros que maltratam os cavalos, não dão água e nem comida. *(Mara Fernandes)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é "Artigo" ou "Palavra do Leitor". Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

O trabalho pode esperar. A infância, não

Matheus Xavier

Há problemas públicos que se anunciam em grandes números, manchetes e emergências. Outros se escondem naquilo que a cidade aprendeu a enxergar sem estranhamento. Uma criança vendendo algo na rua. Um adolescente recolhendo material reciclável. Quando o cotidiano transforma uma violação em algo aparentemente normal, o poder público precisa voltar a enxergá-la.

Porto Alegre tem hoje 220 crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho infantil em acompanhamento pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Comércio, mendicância e reciclagem estão entre as formas mais recorrentes. Mas um número só tem sentido para a gestão pública quando produz resposta.

Identificar uma situação é o começo. Depois vêm a escuta, o acompanhamento da família, as intervenções das equipes e a articulação com Educação, Saúde e demais serviços de proteção. Não se trata apenas de retirar uma criança de determinada atividade, mas de compreender o que a colocou ali e construir caminhos para que a violação não se repita.

Foi com esse princípio que a campanha Proteja a infância. Proteja o futuro chegou a diferentes regiões de Porto Alegre. A iniciativa começou pela qualificação da rede e avançou para ações descentralizadas, construídas nos territórios com os serviços da Assistência Social, organizações da sociedade civil e parceiros locais. Política pública feita apenas de dentro de um gabinete não dá conta da complexidade de uma cidade. É nos territórios que os serviços encontram as famílias, reconhecem vulnerabilidades e constroem vínculos. Gestão também é presença. No enfrentamento ao trabalho infantil, há ainda o desafio de combater ideias naturalizadas. Frases como "é melhor trabalhar do que ficar na rua" podem esconder situações que retiram de crianças e adolescentes tempo de escola, convivência, proteção e desenvolvimento.

Proteger a infância não significa negar perspectivas de futuro. Significa garantir que cada etapa da vida aconteça no tempo adequado, com educação, proteção e, quando chegar o momento, acesso seguro ao mundo do trabalho. As mobilizações terminam. O acompanhamento permanece.

> Nos territórios os serviços encontram as famílias, reconhecem vulnerabilidades e constroem vínculos

Uma cidade se revela também pelas infâncias que escolhe proteger. Crianças e adolescentes precisam estar livres para aprender, brincar, conviver, sonhar com o futuro e crescer com oportunidades para realizá-lo. Proteger a infância é garantir que nenhum sonho seja interrompido antes mesmo de começar.

Secretário de Assistência Social de Porto Alegre

Qual é o Judiciário que queremos?

Demétrio Beck da Silva Giannokos

Na advocacia e em sala de aula, costumo dizer que não é possível garantir ao cliente nem a vitória nem a derrota em um processo. Tudo pode acontecer. A mesma ação, com os mesmos pedidos e documentos, pode receber resultados opostos de dois juízes diferentes. Não falo da divergência legítima, própria da independência judicial, mas da incoerência: casos iguais com respostas diferentes sem que nada o justifique.

> Quando o resultado depende mais de quem julga do que da lei, a decisão se aproxima do arbítrio

Norberto Bobbio sustentava que a certeza não é um ideal acessório, mas elemento intrínseco ao próprio Direito. Sem previsibilidade, não há Judiciário confiável.

E a lei é clara. O CPC de 2015 manda os tribunais manterem jurisprudência estável, íntegra e coerente (art. 926) e juízes e tribunais observarem os precedentes (art. 927). O problema não é a falta de norma. É a falta de cumprimento.

Enquanto recursos aguardam mais de dez anos nos Tribunais Superiores, temas de interesse político são decididos em dias. No caso das publicações sobre Nossa Senhora Aparecida, em 25/09 o ministro André Mendonça, no TSE, determinou sua retirada; em 27/09, o ministro Flávio Dino, no STF, as restabeleceu; em 28/09, o ministro Luiz Fux derrubou a decisão de Dino. Três decisões monocráticas conflitantes em quatro dias. Difícil imaginar retrato mais claro da imprevisibilidade.

Quando o resultado depende mais de quem julga do que da lei, a decisão se aproxima do arbítrio que a segurança jurídica existe justamente para afastar.

Isso afeta cidadãos, economia e desenvolvimento. Forma-se um ciclo vicioso: a insegurança estimula a litigiosidade, que congestiona o sistema, que produz mais insegurança. Segundo o CNJ, o Judiciário encerrou 2025 com 75,5 milhões de processos pendentes e recebeu 40,9 milhões de novas ações, o maior volume da série histórica.

Romper esse ciclo não exige reinventar o sistema, mas levá-lo a sério: respeito efetivo aos precedentes, inclusive pelos tribunais superiores; decisões monocráticas como exceção; e critérios públicos e objetivos de pauta, para que a urgência de um julgamento não dependa do interesse político do tema.

O Judiciário que queremos é aquele em que o cidadão, ao procurar um advogado, possa ouvir algo mais do que "tudo pode acontecer".

Advogado, mestre e doutor em Direito

Leia o artigo "Fim da escala 6x1 e a insegurança para os empregadores", de Juliano Barra, em www.jornaldocomercio.com